



# Relatório e **contas**

# 11

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.

O Relatório e Contas da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 30 de Maio de 2012



HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o  
nº 03441/86.08.28

Pessoa Colectiva nº 511 026 340

Capital Social 16.500.000,00 Euros

Capital Próprio 11.720.815,83 Euros



## Índice

Relatório e Contas Individuais .....	8
Órgãos Sociais.....	10
Quadros Superiores .....	12
Painel de Bordo .....	14
Resultados Líquidos Unitários .....	15
Relatório de Gestão .....	16
Contas do Exercício.....	37
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados .....	42
1. Identificação da entidade .....	42
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	42
3. Principais políticas contabilísticas.....	43
4. Fluxos de caixa .....	58
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	59
6. Activos fixos tangíveis .....	59
7. Propriedades de investimento .....	61
8. Activos fixos intangíveis .....	62
9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial .....	62
10. Participações financeiras – outros métodos.....	63
11. Activos financeiros detidos para venda.....	63
12. Outros activos financeiros .....	64
13. Impostos sobre o rendimento.....	64
14. Inventários .....	65
15. Clientes .....	66
16. Estado e outros entes públicos.....	67
17. Outras contas a receber.....	68
18. Diferimentos .....	69
19. Activos não correntes detidos para venda .....	69
20. Capital realizado.....	70
21. Reservas legais .....	70

22.	Outras reservas .....	70
23.	Resultados transitados .....	70
24.	Ajustamentos em activos financeiros .....	71
25.	Excedentes de revalorização.....	71
26.	Outras variações no capital próprio .....	71
27.	Financiamentos obtidos .....	72
28.	Outras contas a pagar.....	73
29.	Fornecedores.....	74
30.	Vendas e serviços prestados .....	74
31.	Subsídios à exploração .....	75
32.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	76
33.	Variação nos inventários da produção.....	76
34.	Trabalhos para a própria entidade .....	77
35.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas .....	77
36.	Fornecimentos e serviços externos .....	79
37.	Gastos com pessoal.....	80
38.	Outros rendimentos e ganhos .....	82
39.	Outros gastos e perdas .....	83
40.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização .....	83
41.	Juros e gastos similares suportados .....	84
42.	Divulgações de partes relacionadas.....	84
43.	Acontecimentos após a data de balanço .....	85
	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	86
	Certificação Legal de Contas.....	87
	Relatório e Parecer do Fiscal Único .....	89

## **Relatório e Contas Individuais**



## **Órgãos Sociais**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

### **FISCAL ÚNICO**

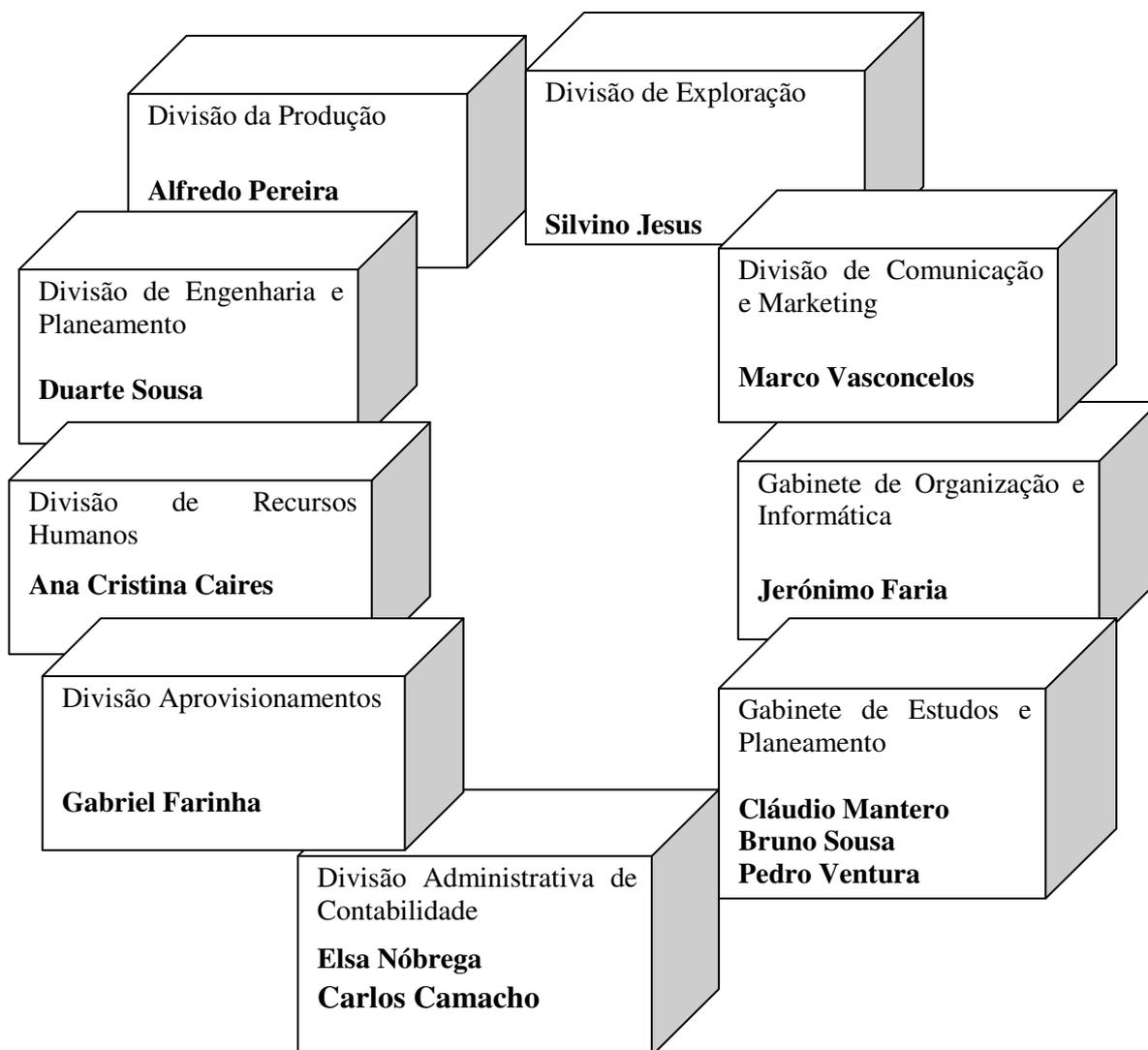
EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862



## Quadros Superiores





## Painel de Bordo

4 Números	2011	2010	3 Indicadores	2011	2010
Viaturas	185	180			
Motoristas	289	302	Motoristas / viatura	1.56	1.68
Metalúrgicos	103	107	Metalúrgicos / viatura	0.56	0.59
Total de trabalhadores	516	540	Total trab. / viatura	2.79	3.00

### Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	1.872.927,88	7,7%	Prestações de serviços	13.160.673,08	53,5%
Gasóleo	5.630.511,30	23,2%	Vendas	414.411,51	1,7%
Forn. serv. externos	1.930.389,34	8,0%	Trabalhos p. p. empresa	795.647,66	3,2%
Gastos com pessoal	10.405.634,15	43,0%	Rendimentos suplementares	3.753.913,38	15,3%
Gastos r. d. amortização	2.357.244,46	9,7%	Subsídios à exploração	3.942.270,40	16,0%
Outros gastos	2.025.626,22	8,4%	Outros ganhos	2.547.282,22	10,3%
	<b>24.222.333,35</b>			<b>24.614.198,25</b>	

resultado antes de impostos **391.864,90**

**INVESTIMENTO – 1.434.679,94 Euros**

### Outros indicadores

População servida	<b>112 mil</b>	Taxa de ocupação	<b>19 %</b>
Nº de carreiras	<b>62</b>	Lotação média	<b>78 lugares</b>
Extensão da rede	<b>199 km</b>	Velocidade média	<b>18 km/h</b>
Total de viagens	<b>905 656</b>	Passageiros transportados	<b>25 milhões</b>
		Quilómetros percorridos	<b>6,4 milhões</b>

## Resultados Líquidos Unitários

<b>Custos e Perdas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Custos Exploração / Km	3,45	3,53
Outros Custos / Km	0,32	0,22
Total de Custos / Km	3,77	3,75
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Proveitos de Exploração / Km	3,43	3,00
Outros Proveitos / Km	0,40	0,04
Total de Proveitos / Km	3,83	3,04
<b>Resultado Líquido / Km</b>		
	<b>0,06</b>	<b>-0,71</b>

### Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado

<b>Custos e Perdas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Custos Exploração / Passageiro	0,90	1,01
Outros Custos / Passageiro	0,08	0,06
Total de Custos / Passageiro	0,98	1,07
<b>Proveitos e Ganhos</b>		
Proveitos de Exploração / Passageiro	0,89	0,86
Outros Proveitos / Passageiro	0,10	0,04
Total de Proveitos / Passageiro	0,99	0,90
<b>Resultado Líquido / Passageiro</b>		
	<b>0,01</b>	<b>-0,17</b>

## **Relatório de Gestão**

### **Senhores Accionistas**

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal, Transportes Públicos, S.A. (HF), respeitante à actividade desenvolvida ao longo do ano de 2011.

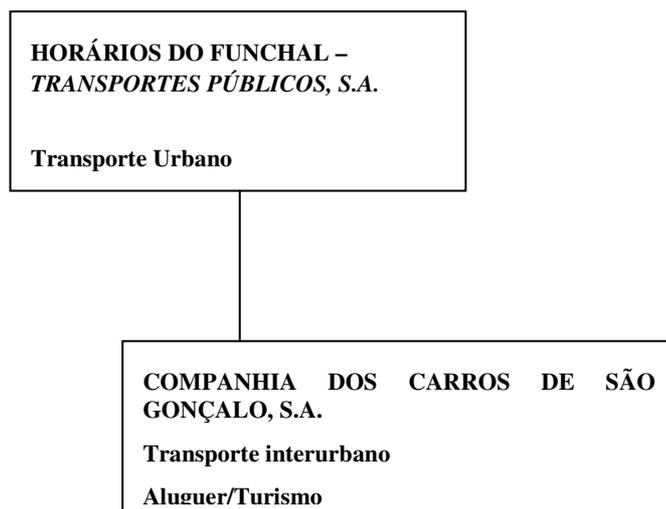
No final deste exercício, o Conselho de Administração sofreu uma alteração, pois a seu pedido, o Senhor Superintendente Chefe Nuno Pinto Coelho Homem da Costa apresentou a sua renúncia ao cargo de Presidente do Concelho de Administração. A partir de 01 de Março de 2012 iniciou funções, como presidente, o Senhor Doutor Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves, eleito em Assembleia Geral de 27 de Fevereiro de 2012, mantendo-se os restantes vogais da Administração.

### **Apresentação**

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros

### **Empresas do grupo**

A HF participa em 100% do capital da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., (SG). Assim, o Grupo apresentava, em 31/12/2011, a seguinte estrutura e ramos de atividade.



## ACTIVIDADE

A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de actuação, na Região Autónoma da Madeira, Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social de acordo com o programa do Governo Regional da Madeira (GR).

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas actividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida, de forma a ajustar à procura.

A HF tem tentado transformar, na medida do possível, o transporte público num meio de deslocação atractivo, embora ainda não tenha atingido plenamente, como desejado, esses resultados.

Atendendo à redução da procura e com vista à conseqüente redução de custos, a HF, introduziu ajustamentos à oferta adaptando a sua rede, sem afectar a qualidade do serviço prestado, reajustando carreiras, viagens e horários.

Sabemos que algumas medidas não são as melhores para angariar clientes para o serviço de transporte público, pelo que, é necessário agir no sentido de educar não só para a formação formal mas também informal, ou seja, educar para o desenvolvimento individual e colectivo, incluindo aqui a cidadania. Inclui-se aqui também a sustentabilidade, forma de funcionamento integrante da missão de serviço público, que tem como objectivo atingir o equilíbrio entre os factores sociais, económicos e ambientais, de modo a contribuir para a sustentabilidade da sociedade e garantir, no futuro, melhores oportunidades.

Cabe às empresas que prestam serviço público de transporte, em conjunto com os outros parceiros oficiais, encontrar novos modelos de mobilidade onde a sua actividade, transporte de passageiros, seja a principal opção para essa mesma mobilidade.

No que concerne à Prestação de Serviços, registou-se uma baixa dos proveitos de exploração, motivado sobretudo pela queda da procura, reflexo do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional como Nacional, onde impera medidas de austeridade, que incluem, entre outras, a redução de salários, que, conjugada com a forte restrição ao crédito e com as elevadas taxas de desemprego, tem efeitos negativos no consumo das famílias, logo, contribuindo fortemente para a descida da procura na nossa actividade.

Os preços dos títulos de transporte são aprovados e fixados por portaria do Governo Regional da Madeira. Neste exercício não houve alteração de tarifários nos títulos passe, aumentando só os títulos vendidos a bordo e os pré - comprados adulto e criança.

A HF, no exercício anterior, colocou à venda o passe anual que, durante o período de lançamento e promoção foi um sucesso, tendo, após o mesmo, como é natural, uma quebra nas vendas, sem deixar, no entanto, de ser procurado por um pequeno segmento de clientes.

A indemnização compensatória atribuída neste exercício pelo Governo Regional da Madeira, tal como nos exercícios anteriores, é repartida em duas partes. Uma é destinada à compensação dos benefícios de ordem social atribuídos a determinados segmentos de clientes, visando, entre outros aspectos, a inclusão social, nomeadamente das crianças, dos idosos e dos reformados, e a garantia da continuidade territorial através do título de transporte combinado. A outra, de valor fixo, destinada à compensação da produção e oferta de transporte para as zonas altas da cidade do Funchal, em zonas de reduzida densidade populacional ou em carreiras de reduzida procura de transporte, nomeadamente, durante o período nocturno, fins-de-semana e feriados. Visa ainda o serviço especial de Pessoas com Mobilidade Reduzida e o serviço especial no centro do Funchal, denominado linha Eco.

Tendo em consideração que a nova filosofia de mobilidade e a sustentabilidade dos transportes públicos de passageiros, torna indispensável que se defina um novo padrão de cálculo da indemnização compensatória, que se adequa às novas tendências de transporte, associadas a princípios de subsidiariedade e melhoria das performances do serviço público orientado para a mobilidade dos cidadãos.

A fórmula, como forma sintética de cálculo da contribuição para os operadores, baseia-se na estimativa prévia dos custos standards (teóricos) e da capacidade de contenção dos custos das empresas.

Assim, estrategicamente, existe a necessidade de aprovar um modelo de indemnização compensatória mais justo e equilibrado que dote a HF de meios que contribuam para o seu equilíbrio económico e financeiro.

Ultrapassar a já crónica situação de falta de liquidez de tesouraria tem por objectivo garantir que a empresa possua capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades, e cumprir com as suas obrigações de pagamento.

## **A OFERTA**

A exemplo dos anos anteriores, a rede de exploração voltou a aumentar, neste exercício. A extensão da rede simples era, ao final do ano, de 199 km, mais 1 km do que no ano anterior.

A HF introduziu o Serviço à Chamada em Santa Luzia;

O número máximo de viaturas empenhadas, no período de maior carga, foi de 111 unidades, no serviço regular das carreiras.

A lotação média, foi de 78 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 10,6%, em resultado da redução dos quilómetros úteis produzidos (-765 905 km).

Apesar das viagens suprimidas por falta de passageiros, congestionamentos de trânsito ou por indisponibilidade da frota, tanto da linha Eco, como das Zonas Altas, o número de viagens não realizadas foi de 1.541 (-70,5%).

Foram realizadas 2 214 viagens com atraso, o que corresponde a menos 55,8 % em relação ao ano anterior.

Apurados os indicadores de Pontualidade e de Regularidade, verifica-se, porém, que ambos se situaram nos 99%.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos SAE, foi:

- Rede Geral

19,4 km/h ao dia útil

16,7km/h ao Sábado

17,1km/h ao Domingo

- Rede das Zonas Altas

14,1 km/h ao dia útil

14,3 km/h ao Sábado

13,7 km/h ao Domingo

O número total de quilómetros percorridos foi de 6 429 547 sendo 6 421 395 km no serviço regular de carreiras e os restantes 8 152 km em serviços ocasionais.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras:

<b>Indicadores</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Km Úteis	5 980 290	6 612 196	- 631 906	-9,6%
Km em Vazio	449 258	583 256	- 133 998	-23,0%
Total/Km	6 429 547	7 195 452	- 765 905	-10,6%
% Km Vazios	6,99	8,11	- 1	-13,8%
L.M.	78	79	- 1	-1,3%
L.K.O.	466 998 307	522 363 519	-55 365 212	-10,6%
Viagens Realizadas	905 656	958 342	- 52 686	-5,5%
Velocidade Média	17,7	17,7	0	0,0%

## A PROCURA

### Carreiras regulares

O número de passageiros transportados, 24 791 120 passageiros, continua a descer, 1,3%, sendo as principais causas as que abaixo se descrevem:

- A subida do custo de vida que, particularmente, nas famílias com menos disponibilidade financeira implica uma economia nas necessidades de deslocação;
- O aumento do desemprego, associado à crise económica actual.

Breve análise à venda de títulos de transporte:

- B. Bordo, sobe 17 %, mais 100 602 passageiros transportados;
- Pré-comprados, desce 4 %, mas mais 95 705 nos passageiros transportados, motivado pela facilidade dada pela HF aumentando para 60 minutos o tempo de validação destes títulos;
- Bilhetes entre datas, subida de 35%, mais 51 825 passageiros transportados;
- Passes, desce em 3 %, menos 548 298 nos passageiros transportados.

Analisando, com mais detalhe, a venda de títulos de transporte verifica-se:

#### Títulos Passe

##### Descidas:

- Passe Social mensal, 10 %;
- Passe Social Pensionista, 7 %;
- Passe Combinado, 4 %;
- Passe Social anual, 17 %.

##### Subidas:

- Passe Estudante, 8 %;
- Passe Férias Estudante, 7 %;
- Passe Social Sénior, 0,1 %;
- Passe Social 15 dias, 21 %;
- Passe Social 30 dias, 62 %.

##### No título Bilhete Pré-comprado:

- Adulto, menos 4%;
- Criança, menos 11%.

No Bilhete de Bordo, mais 17 %

A taxa de ocupação foi de 19%.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2010	2011	Variação	
			Quant.	%
P.T.	25 125 952	24 791 120	- 334 832	-1,33
P.M.	3,560	3,560	0	0,00
P.K.T.	89 448 388	88 256 388	-1 192 000	-1,33
T.O. (%)	17,12	18,90	2	10,40
B.T.M.	0,15	0,15	0,00	0,00

### Serviço Autocarros eléctricos

Linha Eco (serviço gratuito) 93 809 passageiros

### Serviço Horários da Madrugada

A produção de Km desceu 23,7%. O principal motivo foi a integração deste serviço nas carreiras regulares, bem como o reajustamento dos horários, em virtude da baixa procura deste serviço.

### Serviço para pessoas com Mobilidade reduzida

Passageiros transportados:

Serviço regular 12 547 passageiros:

Outros Serviços (Aluguer) 1 456 passageiros.

O quadro seguinte resume os principais indicadores neste serviço:

INDICADORES	2011	2010	Variação	
			Quant.	%
<b>Total de PT</b>	12 547	12 299	248	2%
<b>C. de Rodas</b>	2 366	1 657	709	43%
<b>Sem C. de Rodas</b>	10 181	10 045	136	1%
<b>Acompanhantes</b>				
<b>Adultos</b>	505	577	- 72	-12%
<b>Crianças</b>	9	20	- 11	-55%
<b>(a) Km</b>	83 454	78 509	4 945	6%
<b>Total de Inscritos</b>	222	186	36	19%
<b>Inscritos, usando C. Rodas</b>	110	95	15	16%

(a) inclui alugueres

### Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples, mas importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correcta percepção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

### Atendimento a clientes

O serviço de atendimento a clientes, incluindo informação e vendas, decorreu dentro da normalidade.

### Fiscalização

Foram fiscalizadas 33 775 viagens, o que corresponde a 4 % do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 617 645, o que representa 2,5 % do total dos passageiros transportados.

Foram detectados 79 infracções.

Tipo de fraude mais frequente:

- Passageiro com idade superior a 12 anos a utilizar título de criança, com 22 infracções;
- Passageiro com passe viciado, com 20 infracções;
- Passageiro com bilhete não validado, com 13 infracções;
- Passageiro sem título de transporte, com 9 infracções.

## ACTIVIDADE OFICINAL

### FROTA

A HF terminou o ano com 185 autocarros, sendo 168 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço especial das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida (PMR) e 4 para o serviço da linha ECO, ficando assim distribuídos pelas seguintes marcas:

Marca	Viaturas	%
Volvo	130	70,3%
Daf	33	17,8%
Mercedes	11	5,9%
Gulliver	4	2,2%
Scania	4	2,2%
VW	2	1,1%
Toyota	1	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>185</b>	<b>100,0%</b>

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros – 16,1 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 6,7 anos;
- Serviço da linha ECO – 5 anos.

Neste exercício foi adicionado à frota mais cinco novas viaturas da marca Mercedes.

## **SERVIÇO OFICINAL**

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas HF e SG.

- Reparações gerais e em soalhos

Foram efectuadas 17 revisões de carroçaria e 7 reparações em soalho.

- Manutenção preventiva

A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas em todas as viaturas da frota HF e SG, tendo sido totalmente cumprido;

Foram efectuadas 611 revisões nas viaturas da HF;

- Inspeções periódicas

Foram realizadas 339 inspeções periódicas às viaturas da HF;

- Limpeza dos autocarros

Todos os autocarros foram sujeitos em média a 3,8 lavagens gerais durante 2011, perfazendo um total de 713 lavagens, menos 22,8 % que em 2010. A limpeza de interior, foram efectuadas 39.436 e do exterior 5.840, menos 15%.

- Custo/km

O custo quilómetro/manutenção viatura foi de 0,317 euros, no qual houve um acréscimo de 2,6% em relação ao ano transacto. Este aumento deve-se ao facto de terem terminado as garantias dos últimos autocarros adquiridos da marca Volvo.

## **COMBUSTÍVEL**

Houve um ligeiro aumento da média de consumo de combustível, para o serviço normal de transporte de passageiros, 65,4 L/100Km em 2011 e 64,56 L/100Km em 2010. Este aumento deveu-se à maior utilização dos 30 autocarros Volvo B10M (média de consumo de 71 L/ 100 km) e dos novos autocarros Volvo B12, que tiveram um aumento de 10% em litros de gasóleo, sendo a actual média destes 62,5 L/100 km.

A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afectas ao serviço de transporte público foi de 4.232 mil litros de gasóleo, menos 447 mil litros que no ano anterior, atendendo que o número de quilómetros percorridos desceram em cerca de 766 mil km.

O custo com o consumo de 4.232 mil litros de gasóleo, com viaturas afectas ao serviço de transporte público, foi de 4.325 mil euros, mais 263 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 6.430 mil km em exploração e transportou-se 24.791 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,67 euros por quilómetro produzido e 0,17 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,56 euros por quilómetro e 0,16 euros por passageiro transportado.

## CUSTO DAS OBRAS

O custo com as obras no presente exercício foi de 5.117 mil euros, menos 807 mil euros que no ano anterior, sendo 1.519 mil euros em artigos de armazém aplicados, 3.250 mil euros em mão-de-obra e 348 mil euros com serviços e fornecimentos externos.

Foram utilizadas 129.600 horas nas reparações internas, representando menos 48.400 horas que em igual período do ano anterior. Em reparações para o exterior foram aplicadas 41.150 horas, mais 7.050 que no ano anterior.

Os montantes acima referidos estão distribuídos pelos seguintes tipos de obras:

OBRAS	2011	2010	Variação
Viaturas HF	2.782.135	3.033.668	-251.533
Viaturas externas a HF	1.408.306	1.261.469	146.837
Fabrico recuperação de peças	159.236	306.440	-147.204
Reconstruções de viaturas HF	335	497.992	-497.657
Viaturas sinistradas	100.355	107.107	-6.752
Instalações e equipamentos da HF	606.588	695.553	-88.965
Tempos mortos (oficina)	60.226	21.327	38.899
<b>TOTAL</b>	<b>5.117.181</b>	<b>5.923.557</b>	<b>-806.376</b>

Nas obras para o exterior, é a nossa associada SG, que tem maior representatividade nos nossos serviços, 93,2%, a nossa parceira Carristur, 3%, e os restantes clientes 3,8%. No ano anterior foi de 92,7%, 2,4% e 4,9% respectivamente.

## APROVISIONAMENTOS

### Gestão de Stocks

No ano de 2011 foi necessário trabalhar com 2 variáveis a que tivemos de nos adaptar:

- Variação na procura;
- Variação do tempo de reposição de stock.

A variação na procura teve a ver com alteração de políticas internas de reconstrução das viaturas.

A variação do tempo da reposição de stock, ou seja o tempo que decorre entre a colocação da encomenda e a entrada do material em armazém, teve a ver com a redução dos stocks dos fornecedores e do corte de crédito.

Diariamente são analisados os parâmetros da gestão económica dos stocks. Em consequência desta análise, é efectuada a gestão e posteriormente desencadeia-se a fase da negociação e compra.

São analisados com frequência a rotação e a cobertura de stocks.

### **Artigos em Armazém**

Número de artigos com existência: 4.000.

Número de contagens gerais do stock: 2.

Diferenças de inventário: 2,2% ou seja, 88 artigos, das quais 0,5 de sobras e 1,8% de quebras.

O número de artigos existentes em armazém tem vindo a ser gradualmente reduzido. Só se coloca em stock os artigos cuja rotação o justifica. São artigos que, se não os colocarmos em stock, muito brevemente serão solicitados.

Esta política de redução de stock implica um aumento da negociação diária e do número de artigos comprados diariamente. O custo de passagem da encomenda aumenta.

As existências em armazém a 31 de Dezembro são no montante de 1.085 mil euros, inferior ao ano anterior em 200 mil euros.

Para cumprir na íntegra os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o armazém para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, de forma a cumprir com o acima exposto, tem necessidade de ter um Stock de artigos superior, devido à insularidade, quando comparado com as suas congéneres continentais.

Foram 1.970 artigos com existência que não tiveram rotação em 2011. São maioritariamente artigos da marca DAF e artigos de carroçaria.

Assim no Stock encontram-se artigos de substituição com “ baixa rotação “ mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Neste exercício a HF, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, efectuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perda de imparidade é de 309 mil euros.

### **Compras**

Os aspectos relacionados com as compras de materiais e equipamentos e a sua gestão, quer física quer previsional, assumem grande importância nos resultados finais do exercício da HF.

Durante o ano 2011 foi mantido com os fornecedores um clima cordial de diálogo e convivência tão necessário à boa negociação.

Procurou-se fontes mais adequadas de abastecimento de algumas mercadorias o que levou ao incentivo da concorrência e à maximização do custo/benefício.

Dentro dos condicionalismos existentes, desencadeou-se sempre com a maior celeridade os mecanismos necessários à satisfação das solicitações internas que são dirigidas aos serviços de compras mesmo com os tempos e burocracia imposta pelo Código dos Contratos Públicos.

O volume de compras para inventários no ano 2011 foi no montante de 7.141 mil euros menos 11 mil euros do que no ano anterior. Esta variação justifica-se da seguinte forma:

- Um aumento nas aquisições de gasóleo em 484 mil euros;
- Uma redução nas aquisições dos restantes bens em 495 mil euros.

### **Fornecedores**

O número de empresas fornecedoras foi de 184, sendo 124 regionais, 55 nacionais e 5 internacionais.

Os principais fornecedores são a Repsol (gasóleo) a Octal (bilhetes e cartões) e a Mendes Gomes (acessórios para viaturas).

Os 3 únicos fornecedores de pneus rechapados, existentes na região, ocupam também lugar de relevo, encontrando-se nos 10 principais fornecedores da HF.

### **Descontos Comerciais e financeiros**

Os descontos atingiram em 2011 o valor de 68 mil euros e estão repartidos da seguinte forma:

- Comerciais, 66 mil euros;
- Financeiros, 2 mil euros.

Como se pode verificar, mesmo com as dificuldades financeiras que a HF atravessa, as percentagens de descontos obtidos é ainda significativa.

## **Contratação pública**

À HF é aplicável o código da contratação pública.

Os contratos abrangidos pelo regime da contratação pública são entre outros a locação e aquisição de bens móveis e a aquisição de serviços e outros contratos submetidos á concorrência.

A decisão de contratar é tendencialmente livre, mas, existem situações em que há limites de valores que são respeitados pela HF.

A escolha do procedimento condiciona o valor do contrato a celebrar. Por tal razão no ano de 2011 a HF realizou 62 ajustes directos. Não se realizou qualquer concurso público.

## **RECURSOS HUMANOS**

Principais indicadores:

- O número de trabalhadores ao serviço é de 516. Em 31 de Dezembro de 2010 era de 540, com uma taxa de contratados a termo de 3,49%;
- Durante o ano de 2011 foi admitido 1 trabalhador;
- Registaram-se 25 saídas. Por categorias profissionais: Motoristas 16, Oficinas 2, Fiscal 1, Administrativo 2, Chefe Praça 3 e 1 Caixa;
- Causas de saída: 1 da iniciativa do trabalhador, 1 falecimento, 12 por reforma, 10 por contrato de cedência à Carristur e 1 por rescisão de contrato;
- Taxa de absentismo na HF, é de 3,6%, em 2010 foi de 3,69%;
- Taxa de trabalho extraordinário de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011, é de 5,5% e em 2010 foi de 10,84%;
- Realizaram-se 223 exames médicos periódicos e 1.173 exames médicos ocasionais.
- Registaram-se 17 acidentes de trabalho, dos quais 11 tiveram situação de baixa, verificando-se 294 dias de baixa. No ano de 2010, houve 32 ocorrências, com 19 situações de baixa;
- Foram efectuados em 2011, 4.423 alcooltestes, tendo-se verificado 6 testes positivos, dos quais 3 na área de exploração e 3 na área de produção.

## **Formação**

Um dos objectivos estratégicos do Sector de Formação para 2011 foi qualificar os recursos humanos a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a sua Certificação Legal, conforme legislação em vigor, Dec. - Lei nº 126/2009 de 27 de Maio, em que está definido que para o exercício da profissão de motoristas de veículos pesados de passageiros, para além da carta de condução, é obrigatória a carta de qualificação (CQM), a qual é emitida mediante a apresentação do certificado da aptidão de motorista (CAM).

Perante as novas competências exigidas, a HF foi reconhecida como Centro de Formação e efectuou uma parceria com a Carristur, empresa com alvará e homologada pelo IMTT, IP, para estes cursos.

Realizaram-se 3 acções, do Curso de Aptidão de Motoristas (35 horas), que foram frequentadas por um total de 42 formandos, sendo 31 motoristas no activo da Horários do Funchal e os restantes motoristas externos à empresa.

Para além da formação acima descrita, durante 2011, efectuaram-se as seguintes acções internas:

- 2.160 horas em acompanhamentos à condução dos motoristas na rede de exploração;
- 264 horas de formação prática em adaptação a diferentes tipos de viaturas.

## **PROJECTOS EUROPEUS**

A HF continua a promover uma mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objectivos da União Europeia, tendo implementado ou a implementar os seguintes projectos:

- 1- Civitas Mimosa, que está a ser desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal e com o Madeira Tecnopólo;

Os objectivos deste projecto são os seguintes:

- Melhorar o sistema de planeamento dos transportes públicos;
- Introduzir sistemas inovadores de transporte público;
- Melhorar a integração entre modos de transporte;
- Promover veículos mais eficientes nos transportes públicos e nas frotas de entidades públicas e privadas;
- Promover a utilização de combustíveis alternativos;
- Desenvolver tecnologias inovadoras de informação e comunicação em tempo real associadas ao tráfego, estacionamento e outros serviços;
- Formar e sensibilizar para hábitos de condução mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental;
- Promover a utilização dos transportes públicos;
- Criar um centro de monitorização e controlo da mobilidade urbana.

O projecto iniciou-se em Outubro do ano de 2008 e termina em 2012, estando já concretizadas algumas das medidas referidas.

- 2- No âmbito dos seus próprios objectivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/ Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Projecto: Intervir+, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora e menos poluente com tecnologia ecologicamente sustentável. O Projecto tem também contribuído para a prossecução de estratégias de comunicação necessárias ao sucesso das medidas CIVITAS. Em 2011, já foram adquiridas 5 viaturas de média dimensão, tendo sido subsidiadas a 80% do seu valor. O projecto prevê, para o futuro, uma comparticipação de 85% a fundo perdido;
- 3- O Hibrimac, que constitui um projecto patrocinado sob os auspícios do programa Interreg pretende introduzir, em contexto regional, novas tecnologias para os transportes públicos que aumentem e potenciem a eficiência económica e energética do sector em regiões insulares ultra-periféricas. A calendarização e o objecto do próprio projecto foi reprogramado, na sequência dos estudos efectuados sobre a viabilidade da implementação de viaturas pesadas híbridas no Funchal, tendo os mesmos apontados para a solução de adquirir componentes e baterias para os mini - autocarros eléctricos da Horários do Funchal, encontra-se ainda à espera de aprovação da reprogramação;
- 4- Com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público, a HF prepara uma candidatura ao projecto SEEMORE. É um projecto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projecto, lidera e coordena a implementação conjunta do consórcio. Este projecto inicia-se em 2012.

Os projectos europeus em curso no domínio da mobilidade urbana do Funchal têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

## **AMBIENTE**

A HF está firmemente comprometida com a conservação e protecção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua actividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa politica ambiental passa por:

- Apoiar e respeitar os requisitos da actual legislação;

- Operar e manter as viaturas da empresa tendo em conta questões ambientais;
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afecte o produto final;
- Adopção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável;
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos;
- Minimizar os consumos de electricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da HF.

## **ECONOMIA E FINANÇAS**

O resultado líquido (próprio) é positivo em 1.777.174,49 euros, isto é antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido positivo de 1.504.999,86 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada SG, no montante do seu resultado líquido negativo de 272.174,63 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é no montante estimado de 10.684,55 euros. Os impostos diferidos totalizaram 1.123.819,51 euros. O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado nas demonstrações financeiras, é no valor de 1.113.134,96 euros.

È de realçar que o resultado líquido do exercício apresentado nas demonstrações financeiras, não resulta da actividade normal da empresa, mas sim, de medidas de carácter extraordinário, cujos valores resultaram em redução de custos ou aumentos de proveitos no montante aproximado de 3.473 mil euros, como abaixo se discrimina:

- Corte no subsídio de férias e respectivos encargos, 610 mil euros;
- Reposição do corte no subsídio à exploração efectuado em 2010, 487 mil euros;
- Ganhos na alienação de edifícios, 442 mil euros;
- Reconhecimento de um novo subsídio ao investimento, 746 mil euros;
- Anulação de dívida comercial, 64 mil euros;
- Reconhecimento de Impostos diferidos, 1.124 mil euros, sendo, nos activos, 818 mil euros e passivos 1.942 mil euros.

Face ao descrito, o resultado líquido positivo do exercício de 1.505 mil euros passaria a negativo em montante aproximado de 1.968 mil euros.

Para além do acima exposto, as rubricas que mais contribuíram para a melhoria do resultado líquido do exercício, em relação ao ano anterior, são as seguintes

**Nos custos e gastos:**

- Reduções:

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas em 96 mil euros. O custo do gasóleo subiu em 474 mil euros e os restantes custos desta rubrica baixam em 570 mil euros;
- Nos fornecimentos e serviços externos, em 308 mil euros. Este valor é obtido nas diversas rubricas, umas com aumentos e outras com reduções, releva-se a redução nos gastos com os serviços de limpeza, vigilância, conservação e reparação;
- Nos custos com o pessoal, foram nas horas extras e respectivos encargos em 615 mil euros e nas restantes rubricas de remunerações em 304 mil euros. Fazemos notar que de acordo com o Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica a medida de redução remuneratória, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011, reflectiu-se na redução acima referida em cerca de 92 mil euros. Este valor inclui remunerações, subsídios de férias, subsídios de natal e respectivos encargos;
- Nos gastos de depreciação e amortizações em 1.320 mil euros, resultante de bens que terminaram a sua vida útil, principalmente componentes de viaturas.

- Aumentos:

- Nos gastos financeiros, os juros e despesas bancárias em 555 mil euros, motivado por aumentos das taxas de juro, pagamento de juros de mora e despesas pela prorrogação das datas de vencimento dos financiamentos e respectivas alterações aos contratos, bem como, dos gastos derivados da contracção de quatro novos empréstimos;
- Nas imparidades do exercício e variação da produção, em 204 mil euros. Destaca-se a imparidade para inventários em 175 mil euros;
- Na variação da produção em 57 mil euros.

**Nos rendimentos e ganhos:**

- Reduções:

- Nas vendas e prestações de serviços em 116 mil euros;
- Nos trabalhos para a própria empresa em 414 mil euros, atendendo que não foi efectuada nenhuma reconstrução total de viaturas. Os trabalhos executados, neste exercício, referem-se somente à reparação de órgãos de substituição de viaturas e em recuperação de peças para o armazém.

- Aumentos:

- Nos subsídios à exploração em 506 mil euros;

- Nos outros rendimentos e ganhos em 473 mil euros, referentes a cedências de gasóleo, obras para terceiros e recuperação de despesas diversas;
- Nos ganhos e perdas em investimentos financeiros 150 mil euros, refere-se aos dividendos da Teleféricos da Madeira e 277 mil euros da diferença entre os resultados da SG.

Fazemos notar que para além desta exposição e para uma análise mais detalhada, remetemos para o anexo ao presente relatório.

## PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Activo não corrente	31.974.018,56	33.522.686,30	-4,62%
Activo corrente	14.672.399,20	14.398.431,57	1,90%
Diferimentos activos	163.583,98	267.343,64	-38,81%
Caixa e depósitos bancários	701.943,83	754.886,32	-7,01%
Total do activo	46.646.417,76	47.921.117,87	-2,66%
Capital realizado	16.500.000,00	16.500.000,00	0,00%
Capital próprio	11.720.815,83	9.983.301,51	17,40%
Passivos por impostos diferidos	4.634.738,93	4.065.184,04	14,01%
Diferimentos passivos	492.300,46	482.585,94	2,01%
Passivo	34.925.601,93	37.937.816,36	-7,94%
Vendas e prestações de serviços	13.575.084,59	13.690.674,81	-0,84%
Resultados operacionais	1.704.086,93	-3.665.528,94	146,49%
Resultados antes de impostos	391.864,90	-4.422.948,30	108,86%
Imposto s/ o rendimento do exercício	1.113.134,96	126.446,42	780,32%
Resultado líquido do exercício	1.504.999,86	-4.296.501,88	135,03%

## INVESTIMENTO

O montante total investido, pela HF, ascendeu a 1.435 mil euros, deste valor, destacam-se:

- 653 mil euros na aquisição de 5 viaturas para o serviço de transporte de passageiros;
- 384 mil euros de reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas (trabalhos para a própria empresa);
- 377 mil euros para os projectos subsidiados por Fundos Comunitários, deste valor, há que referir que 235 mil euros são trabalhos para a própria empresa, remunerações do pessoal afecto ao projecto Civitas.

Neste exercício foi decidido não efectuar qualquer reconstrução total de viaturas.

## **FINANCIAMENTO**

No que respeita a financiamentos, deste exercício, é de referir o seguinte:

A HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Prorrogou datas de vencimento, diferiu capital para períodos subsequentes e contraiu um novo empréstimo, de curto prazo, no montante de 1.250 mil euros, para liquidar capital e juros vencidos, constituindo garantia a promessa de hipoteca de dois terrenos anexos ao edifício principal da HF;

HF ainda contraiu três novos empréstimos, de curto prazo, no montante de 1.550 mil euros, sendo dois para superar dificuldades de tesouraria e outro para amortizar parte de um descoberto bancário. Um dos empréstimos, no montante de 500 mil euros, foi concedido como adiantamento de parte da Indemnização Compensatória referente ao ano de 2011;

Prorrogou, por mais um ano, a data de vencimento do empréstimo de 4 milhões de euros respeitante ao adiantamento da Indemnização Compensatória do ano de 2010;

Para o investimento na aquisição de 5 autocarros, subsidiadas pelos fundos comunitários, recorreu-se a um financiamento de 235 mil euros, sendo de igual montante à parte a pagar pela HF;

Em resultado do acima exposto, fez com que agravássemos os custos com financiamentos, tais como, juros de mora e comissões de renegociação bem como fossem agravadas as condições dos contratos em comissões de gestão e taxas de juro.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

O Governo, através dos diversos diplomas publicados, determinou, às empresas públicas, medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destacam-se destas medidas a redução de custo em 15%, relativamente ao ano de 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal aos trabalhadores, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em activos, a não contracção de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias.

A HF vai desenvolver a sua actividade focando a sua gestão no cumprimento das medidas acima mencionadas, reduzindo e ou contendo os custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura.

Não serão efectuados investimentos em viaturas novas, com excepção das integradas nos projectos financiados por fundos comunitários. No entanto, continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência, de forma a atrair novos clientes e aumentar assim as suas receitas.

A HF procura novas fontes de receita e aproveitando todas as sinergias, está a estudar a rentabilização das suas oficinas, prestando para exterior o serviço de reparação de viaturas.

O tarifário foi aumentado em Fevereiro de 2012, numa média de 15%. A HF prevê que este aumento não vai produzir ganhos proporcionais nas suas receitas, atendendo que, a diminuição da procura, o aumento da taxa do IVA, de 4% para 5%, e o custo do gasóleo, sem se reflectir em futuro aumento de tarifário. Assim, os ganhos provenientes do aumento do tarifário ficam praticamente neutralizados.

O não cumprimento dos prazos de pagamento por parte dos clientes, em geral, mas principalmente do sector público, bem como o não pagamento atempado das Indemnizações Compensatórias, por parte do Governo Regional da Madeira (GRM), terá como consequência o agravamento das dificuldades financeiras da HF, nos últimos anos, pondo em causa o funcionamento normal da sua actividade.

Por outro lado o não pagamento, por parte da HF, aos seus fornecedores implicará:

- Agravamento dos seus custos, principalmente juros de mora;
- Dificuldades de negociação de preços e consequente redução de descontos;
- Denegrir a sua imagem com processos em contencioso;
- Não fornecimento de bens e serviços ou exigência de fornecimentos a pronto.

A alienação, por parte do GRM, da participação financeira detida pela Região Autónoma da Madeira na HF, encontra-se assumida pelo PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, pelo que serão desenvolvidas as acções necessárias à sua concretização, de acordo com a calendarização a definir.

A HF está a preparar um plano de reequilíbrio económico e financeiro para o período 2012/2015, de forma a obter resultados tendencialmente positivos.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, positivo em 1.504.999,86 euros seja cativado o montante de 75.249,99 euros para reservas legais e 1.429.749,87 euros transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 16 de Maio de 2012

O Conselho de Administração



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente



João Alcindo de Freitas Vogal



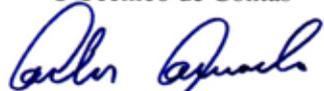
António José Jardim Faria Vogal

## **Contas do Exercício**

**BALANÇO**

Rubricas	Notas	2011	2010
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	29.927.441,36	30.941.866,65
Propriedades de investimento	7	0,00	219.504,75
Activos intangíveis		0,45	0,39
Participações financeiras _ Método de Equivalência Patrimonial	9	1.945.543,97	2.218.400,83
Participações financeiras - outros métodos	10	101.032,78	107.893,29
Accionistas / Sócios	12	0,00	0,00
Outros activos financeiros	11	0,00	35.020,39
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
		<b>31.974.018,56</b>	<b>33.522.686,30</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	14	845.404,66	1.230.778,40
Clientes	15	647.938,72	620.694,04
Adiantamentos a fornecedores		81,59	177,09
Estado e outros entes públicos	16	307.666,84	356.548,02
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	17	12.002.491,62	10.995.342,18
Diferimentos	18	163.583,98	267.343,64
Activos financeiros detidos para negociação	11	0,00	4.196,22
Outros activos financeiros	19	1.137,64	0,00
Activos não correntes detidos para venda	18	0,00	166.315,34
Caixa e depósitos bancários	4	701.943,83	754.886,32
		<b>14.672.399,20</b>	<b>14.398.431,57</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>46.646.417,76</b>	<b>47.921.117,87</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital realizado	20	16.500.000,00	16.500.000,00
Reservas legais	21	44.725,19	44.725,19
Outras reservas	22	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	23	-25.056.267,56	-21.154.055,81
Ajustamentos em activos financeiros	24	-150.769,89	-150.087,66
Excedentes de revalorização	25	16.872.259,38	18.455.837,29
Outras variações no capital próprio	13 e 26	1.866.204,98	443.720,51
Resultado líquido do período		<b>1.504.999,86</b>	<b>-4.296.501,88</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>11.720.815,83</b>	<b>9.983.301,51</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	27	12.425.178,75	14.602.216,25
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	13 e 26	4.634.738,93	4.065.184,04
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<b>17.059.917,68</b>	<b>18.667.400,29</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	29	4.170.124,06	2.346.774,34
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	361.584,07	308.668,01
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	27	10.829.150,66	13.571.994,17
Outras contas a pagar	28	2.012.525,00	2.560.393,61
Diferimentos	18	492.300,46	482.585,94
		<b>17.865.684,25</b>	<b>19.270.416,07</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>34.925.601,93</b>	<b>37.937.816,36</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>46.646.417,76</b>	<b>47.921.117,87</b>

O Técnico de Contas



A Administração



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	30	13.575.084,59	13.690.674,81
Subsídios à exploração	31	3.942.270,40	3.436.087,65
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	32	27.825,37	-399.236,73
Variação nos inventários da produção	33	-16.244,23	41.182,26
Trabalhos para a própria entidade	34	795.647,66	1.209.878,11
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	35	-7.503.439,18	-7.599.857,94
Fornecimentos e serviços externos	36	-1.930.389,34	-2.238.857,93
Gastos com pessoal	37	-10.405.634,15	-11.934.390,01
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	14	-159.358,07	15.285,22
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-31.582,92	-18.432,57
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	8.564,58
Imp. de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10	-6.860,51	-1.111,74
Aumentos/Reduções de justo valor	12	-3.362,22	-1.437,42
Outros rendimentos e ganhos	38	5.988.768,61	3.945.824,82
Outros gastos e perdas	39	-211.394,62	-142.570,78
<b>Resultado antes de dep., gastos de finan. e impostos</b>		<b>4.061.331,39</b>	<b>11.602,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	40	-2.357.244,46	-3.677.131,27
Imp. de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de finan. e impostos)</b>		<b>1.704.086,93</b>	<b>-3.665.528,94</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	41	-1.312.222,03	-757.419,36
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>391.864,90</b>	<b>-4.422.948,30</b>
Imposto sobre rendimento do período	13	1.113.134,96	126.446,42
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.504.999,86</b>	<b>-4.296.501,88</b>

O Técnico de Contas



A Administração



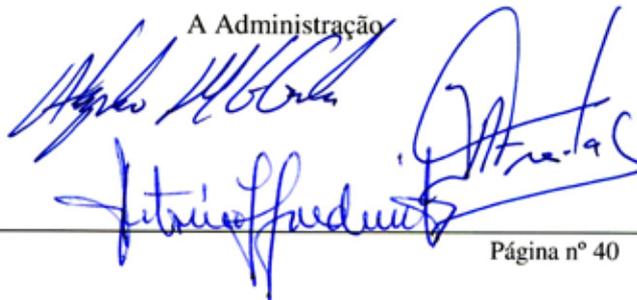
## FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2011	2010
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	14.772.011,66	14.932.118,51
Pagamento a fornecedores	-9.034.620,83	-11.549.800,60
Pagamentos ao pessoal	-6.537.565,06	-7.229.506,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-800.174,23	-3.847.188,96
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-31.747,74	-28.094,09
Outros recebimentos / pagamentos	4.702.532,65	3.193.329,09
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>3.870.610,68</b>	<b>-681.953,96</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos de</b>		
Activos fixos tangíveis	-1.876.833,88	-392.515,92
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
<b>Recebimentos de</b>		
Activos fixos tangíveis		128.850,90
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	2.907.571,60	205.339,70
Juros e rendimentos similares	36.290,94	0,00
Dividendos	300.000,00	150.000,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>1.367.028,66</b>	<b>91.674,68</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos de</b>		
Financiamento obtidos	2.921.570,12	7.967.280,18
Realização de capital e o instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<b>Pagamentos de</b>		
Financiamentos obtidos	-7.113.661,10	-7.119.551,22
Juros e gastos similares	-1.098.490,85	-752.362,92
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-5.290.581,83</b>	<b>95.366,04</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-52.942,49</b>	<b>-494.913,24</b>
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	754.886,32	1.249.799,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	701.943,83	754.886,32

O Técnico de Contas



A Administração



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL**

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2010										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Lq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-20.029.687,45	-47.302,16	1.592.504,81	775.792,30	-1.013.445,33	-1.639.089,80
Alterações no período										0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	25						20.846.790,73			20.846.790,73
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26							-415.090,45		-415.090,45
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26				-110.923,03		-3.983.458,25	83.018,66		-4.011.362,62
Variações de capital em participadas	24					-102.785,50				-102.785,50
Aplicação do resultado líquido do período	23				-1.013.445,33				1.013.445,33	0,00
					-1.124.368,36	-102.785,50	16.863.332,48	-332.071,79	1.013.445,33	16.317.552,16
Resultado líquido do período									-4.296.501,88	-1.013.445,33
Resultado extensivo									-3.283.056,55	2.523.468,67
Posição no fim do período 2010		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-21.154.055,81	-150.087,66	18.455.837,29	443.720,51	-4.296.501,88	9.983.301,51

O Técnico de Contas



A Administração



Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2011										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Lq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-21.154.055,81	-150.087,66	18.455.837,29	443.720,51	-4.296.501,88	9.983.301,51
Alterações no período										0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	25				784.069,90		-784.069,90			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26							1.932.101,60		1.932.101,60
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26				-389.779,77		-799.508,01	-509.617,13		-1.698.904,91
Variações de capital em participadas	24					-682,23				-682,23
Aplicação do resultado líquido do período	23				-4.296.501,88				4.296.501,88	0,00
					-3.902.211,75	-682,23	-1.583.577,91	1.422.484,47	4.296.501,88	232.514,46
Resultado líquido do período									1.504.999,86	1.504.999,86
Resultado extensivo									5.801.501,74	5.801.501,74
Posição no fim do período 2011		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.056.267,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.720.815,83

O Técnico de Contas



A Administração



## **Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados**

### **1. Identificação da entidade**

#### **1.1. Designação da Entidade**

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

#### **1.2. Sede**

A sede social da HF é na Fundoa de Baixo – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

#### **1.3. Natureza da actividade**

A actividade principal da Empresa é o Transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

### **2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 16 de Maio de 2012, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

## **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

# **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

## **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os

valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

## **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A revalorização dos terrenos e edifícios foram efectuadas com referência a 01.01.2010.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos - Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo

inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### **Propriedades de investimento**

A Empresa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do activo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 48 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

### **Locações**

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

### **Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

### **Participações financeiras**

#### **Investimentos em subsidiárias**

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao

momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

### **Investimentos em associadas**

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

## **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

### **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se torna recebíveis.

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um activo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Activos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de Maio de 2012, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 42.

## **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

## **3.3 Principais estimativas e Julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

## **Propriedades de investimento**

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

A Empresa determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Empresa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

### **Imparidade dos activos não correntes e Goodwill**

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

## **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, a empresa à data de 31/12/2011, reavaliou os activos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

## **Vidas úteis**

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização. Em 2011 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correcção.

### **Revalorização de activos fixos tangíveis**

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

### **3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## **4. Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

### **4.1 Saldos não disponíveis para uso**

A 31 de Dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

## 4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa		
Caixa principal	20.040,00	20.040,00
Caixa transferência de fundos	8.492,45	8.157,04
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	35.611,78	35.293,74
Montepio Geral	4.961,95	52.311,28
Banco Espirito Santo	248.612,90	139.273,32
Banif	3.929,62	1.184,25
Caixa Geral de Depósitos	291.273,78	441.317,17
Millennium BCP	89.021,35	57.309,52
Outros depósitos bancários		
	<b>701.943,83</b>	<b>754.886,32</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

## 6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41	8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.896.997,65	17.898.947,25
Equipamento básico	31.914.110,77	32.592.640,01
Equipamento de transporte	426.747,43	426.747,43
Equipamento administrativo	1.872.198,08	1.866.099,77
Outros activos fixos tangíveis	2.335.618,86	2.335.276,98
Investimentos em curso	29.070,39	85.722,29
	<b>62.494.219,59</b>	<b>63.224.910,14</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	-1.919.301,46	-2.885.440,94
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-30.647.476,77	-29.397.602,55
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	<b>-32.566.778,23</b>	<b>-32.283.043,49</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>29.927.441,36</b>	<b>30.941.866,65</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2011, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Activos classif. como detidos p/ venda	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41						8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.898.947,25			-1949,60			17.896.997,65
Equipamento básico	32.592.640,01	1036.773,41		-1715.302,65			3194.110,77
Equipamento de transporte	426.747,43						426.747,43
Equipamento administrativo	1866.099,77	14.388,57		-8.290,26			1872.198,08
Equipamentos biológicos							
Outros activos fixos tangíveis	2.335.276,98	2.226,80		-1884,92			2.335.618,86
Investimentos em curso	85.722,29	666.279,03		-722.930,93			29.070,39
	<b>63.224.910,14</b>	<b>996.736,88</b>		<b>-1727.427,43</b>			<b>62.494.219,59</b>
<b>Depreciação ac. e imparidade</b>							
Terrenos e recursos naturais	-459.681,01						-459.681,01
Edifícios e outras construções	-866.612,56	-505.164,14		1949,60			-1369.827,10
Equipamento básico	-26.619.495,95	-1286.046,03		1627.090,26			-26.278.451,72
Equipamento de transporte	-377.225,85	-29.535,69					-406.761,54
Equipamento administrativo	-1745.750,31	-46.170,25		4.771,14			-1787.149,42
Equipamentos biológicos							
Outros activos fixos tangíveis	-2.214.277,81	-52.385,35		1755,72			-2.264.907,44
	<b>-32.283.043,49</b>	<b>-1919.301,46</b>		<b>1635.566,72</b>			<b>-32.566.778,23</b>
<b>Total</b>	<b>30.941.866,65</b>						<b>29.927.441,36</b>

Nas adições de equipamento básico integram o montante de 653 mil euros na aquisição de 5 viaturas para o serviço de transporte de passageiros e de 384 mil euros de órgãos/componentes de substituição de viaturas, reparados e substituídos nas nossas oficinas.

Nos abates, refere-se essencialmente ao abate dos órgãos/componentes de substituição de viaturas.

À data de 31 de Dezembro de 2011, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2011			31-12-2010		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e out. construções						
Equipamento básico	6.328.404,05	-2.561.622,23	3.766.781,82	5.734.475,96	-1.838.853,60	3.895.622,36
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis						
	<b>6.328.404,05</b>	<b>-2.561.622,23</b>	<b>3.766.781,82</b>	<b>5.734.475,96</b>	<b>-1.838.853,60</b>	<b>3.895.622,36</b>

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2011			31-12-2010		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	687.122,99	86.402,00	773.524,99	702.965,48	55.593,23	758.558,71
Entre um e cinco anos	2.722.849,18	414.903,00	3.137.752,18	2.860.347,53	132.561,35	2.992.908,88
Mais de cinco anos	322.040,97	8.822,00	330.862,97	855.884,31	13.724,11	869.608,42
	<b>3.732.013,14</b>	<b>510.127,00</b>	<b>4.242.140,14</b>	<b>4.419.197,32</b>	<b>201.878,69</b>	<b>4.621.076,01</b>

A 31 de Dezembro de 2011 existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

A 31 de Dezembro de 2011 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496	Financiamento bancário 1.250.000,00
Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	

A HF faz notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se a mesma não for liquidada na data de vencimento, 15/09/2012.

## 7. Propriedades de investimento

Esta rubrica é analisada como segue:

A Horários do Funchal tinha registado, em 2010, no seu activo um Edifício/ Terreno (parque de estacionamento), localizado na freguesia de Santo António concelho do Funchal, pelo valor histórico de aquisição de 277 mil euros, amortizações acumuladas de 111 mil euros e líquido contabilístico de 166 mil euros, e outro Edifício, junto àquele, cujo valor líquido era de 220 mil euros. O primeiro registado na rubrica de Activos detidos para venda e o segundo em Propriedades de Investimento.

A HF, neste exercício, alienou os referidos bens e no produto da sua alienação foi apurado um ganho de 442 mil euros.

## 8. Activos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Activo fixo intangível	437.943,06	496.325,56
	437.943,06	496.325,56
<b>Amortização acumulada e imparidade</b>		
Amortização do período	-437.942,61	-496.325,17
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	<b>-437.942,61</b>	<b>-496.325,17</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2011, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos class. como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>							
Estudos e projectos	496.325,56	437.943,06				-496.325,56	437.943,06
	496.325,56	437.943,06				-496.325,56	437.943,06
<b>Amortização ac. e imparidade</b>							
Depreciação do período	-496.325,17	-437.942,61				496.325,17	-437.942,61
	-496.325,17	-437.942,61				496.325,17	-437.942,61
<b>Total</b>	<b>0,39</b>						<b>0,45</b>

## 9. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31-12-2011			31-12-2010		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100 % Capital	5.000.000,00	-3.054.456,03	1.945.543,97	5.000.000,00	-2.781.599,17	2.218.400,83
		5.000.000,00	-3.054.456,03	1.945.543,97	5.000.000,00	-2.781.599,17	2.218.400,83

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000,00					5.000.000,00
	5.000.000,00					5.000.000,00
<b>Imparidade</b>						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-2.781.599,17			-272.174,63	-682,23	-3.054.456,03
	-2.781.599,17			-272.174,63		-3.054.456,03
<b>Total</b>	<b>2.218.400,83</b>					<b>1.945.543,97</b>

O efeito do método de equivalência patrimonial de 2011, corresponde ao resultado líquido do exercício negativo de 2011 da SG, no valor de 272 mil euros e sem qualquer significado, nas outras alterações, os subsídios ao investimento e respectivos impostos diferidos classificados nos Capitais Próprios da SG.

## 10. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2011			31-12-2010		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Teleféricos da Madeira, SA		79.894,45		79.894,45	79.894,45		79.894,45
Comboios do Monte, SA		16.000,00	-2.284,63	13.715,37	16.000,00	-2.331,77	13.668,23
OPT, SA		15.000,00	-7.577,04	7.422,96	15.000,00	-669,39	14.330,61
		<b>110.894,45</b>	<b>-9.861,67</b>	<b>101.032,78</b>	<b>110.894,45</b>	<b>-3.001,16</b>	<b>107.893,29</b>

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894,45					79.894,45
Comboios do Monte, SA	16.000,00					16.000,00
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	<b>110.894,45</b>					<b>110.894,45</b>
<b>Imparidade</b>						
Teleféricos da Madeira, SA				47,14		-2.284,63
Comboios do Monte, SA	-2.331,77			-6.907,65		-7.577,04
OPT, SA	-669,39					
	<b>-3.001,16</b>			<b>-6.860,51</b>		<b>-9.861,67</b>
<b>Total</b>	<b>107.893,29</b>					<b>101.032,78</b>

## 11. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
BCP	10.228,59	303,64				10.532,23
	10.228,59	303,64				10.532,23
<b>Imparidade</b>						
BCP	-6.032,37	-3.362,22				-9.394,59
	-6.032,37	-3.362,22				-9.394,59
<b>Total</b>	<b>4.196,22</b>					<b>1.137,64</b>

Refere-se a 8.365 acções do BCP.

## 12. Outros activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
Unidades participação Caixaigest	49.853,15		-49.853,15			
	49.853,15		-49.853,15			
<b>Imparidade</b>						
Unidades participação Caixaigest	-14.832,76		14.832,76			
	-14.832,76		14.832,76			
<b>Total</b>	<b>35.020,39</b>					

A diferença refere-se ao facto de terem sido alienadas, neste exercício, e o valor da sua alienação foi no montante de 35 mil euros.

## 13. Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			4.836.732,12	3.958.817,12
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-817.977,25	
Subsídios não reembolsáveis			615.984,06	106.366,92
			<b>4.634.738,93</b>	<b>4.065.184,04</b>

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2011	2010
Impostos correntes	10.684,55	9.117,74
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	-1.123.819,51	-135.564,16
Alterações na taxa de tributação		
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos correntes		
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Redução ou reversão de uma diminuição anterior		
Alterações nas políticas contabilísticas e erros		
	<b>-1.113.134,96</b>	<b>-126.446,42</b>

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

Neste exercício a HF decidiu registar impostos diferidos activos, no montante de 818 mil euros, correspondentes aos prejuízos fiscais acumulados, até o presente exercício, que se vão reverter no mesmo período que os proveitos de impostos diferidos passivos.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável, atendendo que o seu resultado fiscal é negativo, o imposto corrente registado corresponde às tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2011	31-12-2010
2010		2.133.452,21
2011	1.958.229,18	1.958.229,18
2012	1.392.902,94	1.392.902,94
2013	3.283.145,13	3.283.145,13
2014	7.296.417,10	7.296.417,10
2015	1.901.171,50	1.901.171,50
	<b>15.831.865,85</b>	<b>17.965.318,06</b>

## 14. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	308.321,48	184.752,72
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	776.191,23	1.100.432,30
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	70.322,65	95.666,01
Reclassificação e regularização de inventários		
Adiantamentos por conta de compras		
	<b>1.154.835,36</b>	<b>1.380.851,03</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	-159.358,07	15.285,22
Imparidades de períodos anteriores	-150.072,63	-165.357,85
	<b>-309.430,70</b>	<b>-150.072,63</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>845.404,66</b>	<b>1.230.778,40</b>

Das existências em armazém o montante de 27 mil euros encontrava-se em poder de terceiros, referente a suporte de bilhetes electrónicos.

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Imparidades de inventários</b>				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	150.072,63	185.344,59	-25.986,52	309.430,70
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	<b>150.072,63</b>	<b>185.344,59</b>	<b>-25.986,52</b>	<b>309.430,70</b>

As reversões de imparidades estão relacionadas com o abate de alguns bens que deixaram de ser utilizados nas viaturas reparadas na oficina da HF bem como por consumo.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, teve a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

Assim, no Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Neste exercício a HF, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, efectuou ajustamentos nas suas existências, para cobrir a eventual perda de valor de mercado, no montante de 185 mil euros.

## 15. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	652.548,73	625.346,05
Empresa-mãe		
	652.548,73	625.346,05
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período		391,75
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-4.610,01	-5.001,76
	-4.610,01	-4.610,01
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>647.938,72</b>	<b>620.736,04</b>

Embora não exista qualquer variação a realçar, fazemos notar que os valores em dívida referem-se a atrasos de pagamento, essencialmente de entidades públicas, e que à data do presente relatório ainda se encontram por liquidar.

Clientes títulos a receber, em 31/12/2011, existe a responsabilidade de títulos descontados no montante de 9 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b> Clientes gerais	4.610,01			4.610,01
	<b>4.610,01</b>			<b>4.610,01</b>

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	499.163,47	48.544,63	89.965,12	14.875,51
	<b>499.163,47</b>	<b>48.544,63</b>	<b>89.965,12</b>	<b>14.875,51</b>

## 16. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	91.510,02	92.250,86
IVA a recuperar	26.810,96	26.548,02
IVA reembolsos pedidos	280.000,00	330.000,00
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período	-22.545,08	-22.978,95
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-68.109,06	-69.271,91
	<b>307.666,84</b>	<b>356.548,02</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento		7.002,51
Retenções de imposto sobre o rendimento	52.625,31	64.338,00
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	14.524,08	14.872,63
Contribuições para a Segurança Social	294.434,68	222.454,87
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	<b>361.584,07</b>	<b>308.668,01</b>

Não existe variações significativas a registar, no entanto, nas contribuições para a Segurança Social, no mês de Dezembro, a HF não liquidou na sua totalidade aquelas contribuições, tendo só pago, dentro do prazo legal a parte respeitante às retenções efectuadas ao pessoal (125 mil euros) e já em mora, parte da sua responsabilidade (175 mil euros). A restante parte (93 mil euros) liquidou no início de Janeiro de 2012, atendendo às dificuldades financeiras que atravessa.

No Iva reembolsos pedidos, é de um pedido solicitado à Administração Fiscal, aguardando o seu recebimento.

A HF realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem em 31 de Dezembro de 2011 a 90.654 euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante.

Neste período a HF registou perdas por imparidade relativas a pagamentos especiais por conta de 22.545 euros e revertido o montante de 24.142 euros.

## 17. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal		49.983,60
Out. operações pessoal	96.677,42	98.518,02
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	7.779.088,94	9.238.863,23
Empresas grupo	759.144,40	1.098.083,79
Estado e out. entes públicos	2.688.835,59	67.849,34
Outros devedores	747.363,45	501.624,54
	<b>12.071.109,80</b>	<b>11.054.922,52</b>
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	-9.037,84	4.154,63
Imparidade de períodos anteriores	-59.580,34	-63.734,97
	<b>-68.618,18</b>	<b>-59.580,34</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>12.002.491,62</b>	<b>10.995.342,18</b>

As diferenças mais significativas são:

Os valores da Secretaria Regional do Turismo e Transportes e que se refere aos valores registados em acréscimos de rendimentos das Indemnizações compensatórias do ano de 2010 e 2011;

No Estado e outros entes públicos, refere-se essencialmente à mesma Secretaria mas referente à dívida de parte da Indemnização compensatória do ano de 2009, no montante de 2.514 mil euros, e 125 mil euros do subsídio ao investimento atribuído no ano de 2011;

Em empresas do grupo refere-se aos fornecimentos efectuados à SG, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas;

Nos outros devedores e credores, refere-se essencialmente à Carristur, PSD, Fundação PSD, Município do Funchal.

## 18. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activo</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	26.908,06	189.388,76
Despesas bancárias	41.461,00	34.882,49
Diversos	95.214,92	43.072,39
	163.583,98	267.343,64
<b>Passivo</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Títulos de transporte	438.630,06	424.667,59
Outros	53.670,40	57.918,35
	<b>492.300,46</b>	<b>482.585,94</b>

No que concerne a gastos a reconhecer a redução corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, o qual foi pago em Dezembro de 2010 respeitante a 2011, por seu turno em 2011 não foi feito o seu pagamento por falta de disponibilidades financeiras.

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2012, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 a 31 de Dezembro de 2011.

## 19. Activos não correntes detidos para venda

A Horários do Funchal tinha registado, em 2010, no seu activo um Edifício/ Terreno (parque de estacionamento), localizado na freguesia de Santo António concelho do Funchal, pelo valor histórico de aquisição de 277 mil euros, amortizações acumuladas de 111 mil euros e líquido contabilístico de 166 mil euros, e outro Edifício, junto àquele, cujo valor líquido era de 220 mil euros.

A HF, neste exercício, alienou os referidos bens, tendo obtido um proveito de 442 mil euros.

## 20. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2011.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	31/12/2011	31/12/2010
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

## 21. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. O valor actual destas reservas é de 45 mil euros.

## 22. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	<b>139.663,87</b>	<b>139.663,87</b>

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ldª, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

## 23. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 4.296.501,88 euros, bem como, no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, o valor de 784.069,90 euros, referente às reversões de excedentes de revalorização dos terrenos e edifícios e respectivos impostos diferidos, bem como, dos impostos diferidos, referentes ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante global de 389.779,77 euros.

## 24. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	150.087,66	150.087,66
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	682,23	
	<b>150.769,89</b>	<b>150.087,66</b>

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, nos seus capitais próprios.

## 25. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	20.062.720,83	20.846.790,73
Impostos diferidos	-4.782.966,26	-3.983.458,25
	<b>16.872.259,38</b>	<b>18.455.837,29</b>

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, neste período, e reconhecimento dos respectivos impostos diferidos.

## 26. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	1.847.952,14	425.467,67
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
Outras		
	<b>1.866.204,98</b>	<b>443.720,51</b>

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de 1.932 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 510 mil euros.

## 27. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	9.263.185,30	10.885.984,54
Locações financeiras	3.044.890,15	3.716.231,71
Outros financiadores	117.103,30	
	12.425.178,75	14.602.216,25
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	8.978.166,70	11.337.437,25
Descobertos bancários	1.086.623,97	1.531.591,44
Locações financeiras	687.122,99	702.965,48
Outros financiadores	77.237,00	
	10.829.150,66	13.571.994,17

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	10.064.790,67	12.869.028,67
De 1 a 5 anos	9.263.185,30	10.885.984,54
A mais de 5 anos		
Locações financeiras		
Até 1 ano	687.122,99	702.965,48
De 1 a 5 anos	2.722.849,18	2.860.347,53
A mais de 5 anos	322.040,97	855.884,20
Outros financiadores		
Até 1 ano	77.237,00	
De 1 a 5 anos	117.103,30	
A mais de 5 anos		
	23.254.329,41	28.174.210,42

À data de 31 de Dezembro de 2011, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Instituições créd. e soc. financeiras							
Empréstimos bancários	6.425.685,43	2.775.000,00	62.499,87				9.263.185,30
Locações financeiras	702.896,00	719.949,00	737.587,00	562.417,18	272.017,71	50.023,26	3.044.890,15
Outros financiadores	81.665,45	35.437,85					117.103,30
	<b>7.210.246,88</b>	<b>3.530.386,85</b>	<b>800.086,87</b>	<b>562.417,18</b>	<b>272.017,71</b>	<b>50.023,26</b>	<b>12.425.178,75</b>

## 28. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	148.142,62	142.255,03
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	866.998,15	1.472.061,69
Outros credores por acréscimos de gastos	526.728,27	494.029,24
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	455.309,36	438.793,24
Pessoal	15.346,60	13.254,41
	<b>2.012.525,00</b>	<b>2.560.393,61</b>

A variação mais significativa desta rubrica é relativa a férias e subsídio de férias de 2011 a pagar em 2012 no montante de 605 mil euros, incluindo respectivos encargos sociais e deve-se ao corte deste subsídio, de acordo com as regras impostas pela legislação em vigor.

Nas restantes rubricas embora não exista variações de relvo, fazemos notar que inclui:

Nos outros credores por acréscimos de gastos, os abonos diversos a pagar ao pessoal em 2012, tais como horas extras, subsídio agente único, entre outros no montante de 121 mil euros os juros de financiamentos no montante de 152 mil euros e 175 mil euros da nossa parceira Carristur;

Nos outros credores, o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 399 mil euros e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF.

## 29. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Fornecedores c/corrente</b>		
Gerais	4.168.431,14	2.345.416,82
Facturas em recepção e conferência	1.692,92	1.357,52
	<b>4.170.124,06</b>	<b>2.346.774,34</b>

A diferença existente refere-se ao facto da HF não estar a efectuar pagamentos, por falta de disponibilidades financeiras, registando-se atrasos de pagamento, em alguns fornecedores, superiores a 540 dias. Destes destacam-se as seguintes empresas:

De acessórios - Mendes Gomes, Auto Gato, Auto Pop e Camo;

De pneus - Arnaldo e Berenguer, Pneuzarco e Pneu Import;

De serviços – Securitas, Serlimaclean e Tecmic;

De bilhetes, serviços de software e manutenção – Octal.

## 30. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	2011	2010
Vendas		
Suportes de títulos	414.411,51	344.943,07
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.160.673,08	13.345.731,74
	<b>13.575.084,59</b>	<b>13.690.674,81</b>

Os quadros abaixo evidenciam as principais variações:

Proveitos	2011	2010	Variação	
Venda de suportes de títulos	414.411,51	344.943,07	69.468,44	20,14%
Prestação de serviços	13.160.673,08	13.345.731,74	-185.058,66	-1,39%
	<b>13.575.084,59</b>	<b>13.690.674,81</b>	<b>-115.590,22</b>	<b>-0,84%</b>

Quantidades	2011	2010	Variação	
Passes	283.000	293.000	-10.000	-3,41%
Bilhetes	4.919.000	4.986.000	-67.000	-1,34%

Nas prestações de serviços apresenta uma diferença negativa de 185 mil euros efectuando a seguinte análise:

Os bilhetes na sua generalidade, contrariando a descida nas quantidades vendidas, sobem em cerca de 170 mil euros, atendendo que, neste exercício, os seus preços unitários subiram.

O bilhete pré-comprado adulto é o que regista maior subida em 95 mil euros seguido do bilhete de bordo em 38 mil euros. A restante diferença regista-se nos bilhetes vendidos, entre datas.

Nos passes, que continuam a descer significativamente, neste exercício apresentam menos 358 mil euros, que no exercício anterior, sendo o passe social o que regista maior descida em 467 mil euros. No entanto releva-se a subida do passe estudante em 89 mil euros e do passe 30 dias no valor de 38 mil euros.

### 31. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2011	2010
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	3.899.480,40	3.385.717,18
Subsídio à exploração-outros	42.790,00	50.370,47
	<b>3.942.270,40</b>	<b>3.436.087,65</b>

A diferença registada nesta rubrica deve-se ao facto da indemnização compensatória do ano de 2010 que foi inicialmente calculada de acordo com o protocolo assinado entre a HF e o Governo Regional da Madeira no montante de 3.880 mil euros, no entanto, foi reduzida em

494 mil euros, por aplicação do disposto no art. 16 do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, ou seja redução até o montante da indemnização compensatória do ano de 2009 deduzida de 10% e neste exercício calculada de acordo com o protocolo existente.

Os outros referem-se essencialmente ao subsídio atribuído pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

### 32. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	2011	2010
<b>Perdas</b>		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-272.174,63	-549.236,73
<b>Ganhos</b>		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Alienações		
Dividendos	300.000,00	150.000,00
	<b>27.825,37</b>	<b>-399.236,73</b>

A variação relevante deve-se aos resultados líquidos apurados pela SG, sendo que no ano anterior foi negativo de 549 mil euros e neste de 272 mil euros. Em dividendos obtidos observa-se um aumento de 150 mil euros da Teleféricos da Madeira.

### 33. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-95.666,01	-55.245,59
Activos biológicos		
<b>Regularizações</b>		
Inventários	9.099,13	761,84
Activos biológicos		
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	70.322,65	95.666,01
Activos biológicos		
	<b>-16.244,23</b>	<b>41.182,26</b>

### 34. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Activos fixos tangíveis	388.458,26	713.636,00
Activos intangíveis	250.952,47	192.147,00
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	156.236,93	304.094,57
	<b>795.647,66</b>	<b>1.209.877,57</b>

Nos activos fixos tangíveis, deve-se essencialmente à decisão da empresa de não efectuar grandes reparações em viaturas.

Nos activos intangíveis refere-se principalmente a remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários.

### 35. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2011	2010
Mercadorias	264.517,60	223.695,04
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.238.921,58	7.376.162,90
	<b>7.503.439,18</b>	<b>7.599.857,94</b>

Não revela variação significativa, no entanto os quadros abaixo evidenciam variações de relevo respeitante a esta rubrica, nomeadamente gasóleo e peças de substituição:

## CMVMC - Variações em euros

Descrição	2011	2010	Variação	
Merc. vendidas e mat. consumidas (excepto gasóleo)	1.872.927,88	2.443.097,89	-570.170,01	-23,34%
Gasóleo	5.630.511,30	5.156.760,05	473.751,25	9,19%
<b>Total</b>	<b>7.503.439,18</b>	<b>7.599.857,94</b>	<b>-96.418,76</b>	<b>-1,27%</b>

## CMVMC - Gasóleo em litros

Descrição	2011	2010	Variação	
HF	4.252.933	4.702.099	-449.166	-9,55%
SG e Carristur	1.255.349	1.246.313	9.036	0,73%
<b>Total</b>	<b>5.508.282</b>	<b>5.948.412</b>	<b>-440.130,28</b>	<b>-7,40%</b>

A HF consumiu 4.253 mil litros de gasóleo, menos 449 mil litros que no ano anterior, no montante de 4.347 mil euros, mais 265 mil euros que o ano anterior, motivado essencialmente pelo aumento dos combustíveis, atendendo que o número de quilómetros percorridos desceram em cerca de 766 mil km.

As restantes diferenças, no gasóleo tanto em valor como em litros referem-se à variação dos fornecimentos à nossa associada SG e à parceira Carristur.

No consumo de peças, deve-se essencialmente ao facto de não ter sido efectuado grandes reparações em viaturas e na redução do consumo de acessórios nas reparações efectuadas, atendendo que a HF tem optado por utilizar as novas viaturas, nos seus serviços, em detrimento das viaturas mais antigas.

### 36. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Subcontratos	29.942,10	
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	164.011,41	216.608,80
Publicidade e propaganda	20.887,16	44.025,38
Vigilância e segurança	123.136,92	137.621,81
Honorários	28.926,50	29.268,00
Comissões	178.937,16	190.136,29
Conservação e reparação	444.495,31	630.322,12
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.166,51	11.258,53
Livros e documentação técnica	4.006,14	5.482,62
Material de escritório	2.855,47	3.711,49
Artigos para oferta	1.605,05	252,70
Outros	22.511,68	26.294,23
Energia e fluidos:		
Electricidade	96.608,68	102.255,24
Combustíveis	2.410,42	3.217,47
Água	32.641,06	32.657,40
Outros fluidos	8.681,34	9.999,89
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	1.668,04	2.886,49
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	7.765,19	12.705,15
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	5.874,61	6.966,97
Comunicação	84.244,51	87.047,81
Seguros	364.106,57	367.148,59
Royalties		832,00
Contencioso e notariado	2.615,26	938,27
Despesas de representação	1.512,97	2.623,64
Limpeza, higiene e conforto	162.576,80	198.840,82
Outros serviços	133.202,48	115.756,22
	<b>1.930.389,34</b>	<b>2.238.857,93</b>

Em relação às variações, abaixo, descrevemos as diferenças mais significativas:

#### Aumentos

Nos aumentos praticamente não existe rubricas de relevo com excepção da de subcontratos no valor de 30 mil euros e refere-se aos custos do transporte de passageiros à chamada, serviço de Taxi, em zona concessionada pela HF e dada para sua exploração.

## Reduções

Praticamente todas as rubricas sofrem reduções, abaixo realçamos as mais significativas:

Nos trabalhos especializados em 52 mil euros, esta variação deriva de várias rubricas, umas com reduções e outras com aumentos, sendo de realçar a redução dos serviços bancários em 72 mil euros, o aumento dos serviços de informática em 31 mil euros, dos quais o mais relevante foi as alterações de software da bilhética. Nas restantes rubricas nada de relevo a comentar;

Na publicidade e propaganda em 23 mil euros, atendendo que em 2010 houve mais informação ao público, de factos relacionados com a exploração, do que no presente exercício;

Na vigilância/segurança em 15 mil euros, na conservação e reparação em 186 mil euros e na limpeza, higiene e conforto em 36 mil euros, referem-se principalmente a contenção de custos, sendo a mais significativa nas lavagens de autocarros e limpeza de edifícios;

Nas comissões pagas em 11 mil euros, deveu-se à diminuição das vendas por parte dos nossos agentes externos, pelo facto da HF no ano de 2010 ter encerrado os seus balcões aquando da tempestade ocorrida no início daquele exercício.

## 37. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	183.657,40	215.719,17
Remunerações do pessoal	8.221.485,53	9.396.374,76
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	1.822.189,76	2.105.942,89
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	140.856,79	129.741,40
Gastos de acção social	23.353,60	57.668,22
Outros gastos com o pessoal	14.091,07	28.943,57
	<b>10.405.634,15</b>	<b>11.934.390,01</b>

As variações ocorridas nos gastos com o pessoal, foram bastante significativas, reduziram 1.529 mil euros, reflexos do momento conjuntural que atravessamos, tanto a nível Regional como Nacional, onde impera medidas de austeridade, que incluem, entre outras, a redução de pessoal, salários e a não atribuição do subsídio de férias a pagar em 2012, bem como, derivadas de algumas medidas de gestão que incluiu a redução de horas de trabalho.

Abaixo apresentamos as rubricas que revelam aqueles factos:

- Nas remunerações dos órgãos sociais em 32 mil euros, menos 18%;

- Nas remunerações do pessoal em 1.175 mil euros, menos 12,5%, destas, destacam-se 487 mil euros de subsídios de férias e 497 mil euros em horas extras, no entanto, fazemos notar que de acordo com o Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica a medida de redução remuneratória, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011, reflectiu-se na redução acima referida em cerca de 92 mil euros. Este valor inclui remunerações, subsídios de férias, subsídios de natal e respectivos encargos;
- Nos encargos sobre remunerações, taxa social única em 283 mil euros, resultado das reduções acima mencionadas;
- Nos outros gastos com o pessoal, a redução, refere-se a cortes de custos de ordem social.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	11	14
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	25	25
Profissionais semi-qualificados	446	465
Contratados a prazo	18	20
	<b>516</b>	<b>540</b>

Registaram-se 1 admissão e 25 saídas, sendo as suas causas de 1 falecimento, 12 por reforma, 1 pedido de demissão, 10 por contracto de cedência para a nossa parceira Carristur e 1 rescisão/abandono.

O número médio de funcionários no ano de 2011 foi de 529, menos 11 trabalhadores que no ano anterior.

### 38. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	57.483,12	57.483,12
Obras para terceiros	1.488.392,82	1.281.519,87
Sucatas / desperdícios	4.070,09	5.477,08
Cedências para terceiros existências	1.307.819,81	1.093.654,81
Despesas debitadas a terceiros	503.484,32	380.379,44
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	360.442,00	384.562,37
Disp. embates e imob. de viaturas	31.255,57	77.680,07
Outros rendimentos suplementares	965,65	903,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.136,32	13.752,15
Ganhos em inventários	25.349,17	47.992,73
Investimentos rest. activos financeiros	1.270,55	
Investimentos não financeiros	442.259,79	1.306,32
Subsídios ao investimento	1.150.187,16	567.611,95
Juros obtidos	1.353,47	1.473,48
Outros	612.298,77	32.028,11
	<b>5.988.768,61</b>	<b>3.945.824,82</b>

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi no montante de 2.043 mil euros, abaixo descrevemos as rubricas mais significativas:

#### Reduções

- 24 mil euros despesas debitadas a terceiros, destacando-se a cedências de espaço, nomeadamente publicidade, parque estacionamento e imóveis;
- 47 mil euros resultante de valores recuperados com a participação de seguro.

#### Aumentos

- Nas Obras para terceiros em 207 mil e refere-se reparações efectuadas para o exterior, nomeadamente SG e Carristur;
- Nas cedências para terceiro em 214 mil euros e referente ao gasóleo debitado à SG e à nossa parceira Carristur;
- Nos investimentos não financeiros refere-se aos ganhos na alienação de edifícios em 442 mil euros;
- Nos subsídios ao investimento em 583 mil euros;
- Nos outros rendimentos e ganhos em 580 mil euros.

### 39. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Impostos	17.761,68	18.543,01
Perdas em inventários	24.904,19	50.742,66
Investimentos não financeiros	88.341,59	3.145,44
Donativos	33,00	15.907,50
Quotizações	10.963,08	10.940,07
Ofertas e amostras de inventários	2.118,79	3.183,38
Juros de desconto de títulos	0,00	2.291,02
Juros de mora e compensatórios	61.310,53	86,34
Outros juros	1.070,59	2.141,28
Outros não especificados	4.891,17	35.590,08
Desc. p. pag. concedidos		
	<b>211.394,62</b>	<b>142.570,78</b>

A principal variação a destacar é referente aos juros de mora pagos a fornecedores por atrasos de pagamento.

### 40. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
<b>Gastos</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	1.919.301,46	3.180.805,99
Activos intangíveis	437.943,00	496.325,28
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	<b>2.357.244,46</b>	<b>3.677.131,27</b>

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis, em 1.261 mil euros, é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente componentes de viaturas;

Os activos intangíveis refere-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

## 41. Juros e gastos similares suportados

Descrição	2011	2010
Juros suportados	1.271.248,28	757.419,36
Outros gastos e perdas	40.973,75	
	<b>1.312.222,03</b>	<b>833.467,78</b>

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

A HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Prorrogou datas de vencimento, diferiu capital para períodos subsequentes e contraiu um novo empréstimo, de curto prazo, no montante de 1.250 mil euros, para liquidar capital e juros vencidos;

Em resultado do acima exposto, fez com que pagássemos juros de mora, comissões de renegociação e agravasse as condições dos contratos, tais como comissões de gestão e taxas de juro.

HF ainda contraiu três novos empréstimos, de curto prazo, no montante de 1.550 mil euros, sendo dois para superar dificuldades de tesouraria e outro para amortizar parte de um descoberto bancário.

## 42. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

	31-12-2011	31-12-2010
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	165.000	165.000
	<b>3.300.000</b>	<b>3.300.000</b>

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2011	2010
<b>Vendas e prestações de serviços</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	2.953.068,46	2.521.385,06
<b>Gastos</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-2.664,00	-1.572,74
	<b>2.950.404,46</b>	<b>2.519.812,32</b>

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
<b>Activos</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	759.144,40	1.101.378,00
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
<b>Passivos</b>		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-407.456,51	-360.781,30
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	<b>351.687,89</b>	<b>740.596,70</b>

### 43. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

## Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2010	EM 31/12/2011
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2010	EM 31/12/2011
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

### Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2011 a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º ACÇÕES	%
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	5,00%

O Técnico de Contas



A Administração





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 46.646.418 euros e um total de capital próprio de 11.720.816 euros, incluindo um resultado líquido de 1.505.000 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

- 7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, com referência a 31 de Dezembro de 2011, os capitais próprios da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentam-se positivos em virtude das reavaliações efectuados aos imóveis de sua propriedade no período de 2010, conforme divulgado na nota 3.3 do Anexo. Adicionalmente, e conforme referido no relatório de gestão, pese embora o resultado operacional de 2011 se apresente positivo, o mesmo decorre em grande parte da aplicação das medidas de contenção do défice público ao nível das despesas com pessoal, contempladas no Orçamento de Estado de 2011 e 2012. A assumir-se o previsto carácter extraordinário destas medidas, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados futuros da Empresa continuarão a depender da redefinição da estratégia comercial, bem como do suporte dos accionistas, o qual terá que ser enquadrado no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deverá proceder à privatização da Empresa no decorrer de 2012.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Funchal, 29 de Maio de 2012



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Marina Fórum  
Av. Arriaga, 77  
3º Andar – Sala 302  
9000-060 Funchal  
Portugal

Telefone: +351 291 23 99 00  
Fax: +351 291 23 99 22  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da  
**Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Funchal, 29 de Maio de 2012

**O FISCAL ÚNICO**

---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**  
representada por  
João Albino Cordeiro Augusto (ROC nº 632)



